



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços

Belo Horizonte
17 a 20 de outubro de 2006

Sessões de Comunicações

Realização:



A DANÇA DE RUA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO PROGRAMA TIM ARTEEDUCAÇÃO, EM VIÇOSA (MG): O OLHAR DOS ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS

Michelle Gomes Lelis

Mestranda em Economia Doméstica, pela Universidade Federal de Viçosa

Karla Maria Damiano Teixeira

Professora do Depto. de Economia Doméstica, da Universidade Federal de Viçosa

Alm. Prof. Fábio Ribeiro Gomes, bl. 3, apt. 302. Centro. Cep 36570-000 Viçosa, MG.

Tel.: (31) 3891-3278 / (31) 8425-3040.

michellegomeslelis@yahoo.com.br

1. PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Vive-se em um país marcado pela desigualdade social, fruto da persistente política oligárquica e da concentração de renda. Apesar dos avanços alcançados na área social, como os programas e projetos direcionados às famílias carentes, ainda se sofre um processo de negação dos direitos sociais conquistados, na medida em que prospera a defesa de um “Estado mínimo”, que reduz a cidadania às liberdades civis e políticas, mantendo, em contrapartida, os privilégios da parcela da população mais abastada e a carência de direitos da classe baixa.

O mais recente relatório de indicadores sociais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) coloca o Brasil em 79º lugar. O próprio Banco Mundial vem afirmando que a pobreza tem crescido muito, devido à globalização econômica – e não o contrário (BENEVIDES, 2006). No Brasil, quase um terço da população vive com até meio salário mínimo *per capita*. Em termos absolutos, são cerca de 49 milhões de pessoas. Acrescentando-se a esse grupo as pessoas sem rendimento, chega-se à estimativa de 54 milhões de pessoas que podem ser consideradas “pobres”. Também dentro do País as diferenças são acentuadas: no Nordeste, a proporção de pessoas que vivem com até um salário mínimo é de quase 51%, enquanto no Sudeste não chega a 18% (IBGE, 2006b).

Nesse contexto, os principais problemas sociais do País não poderão ser enfrentados sem a parceria com a sociedade. A cultura-cidadã ou mobilização da sociedade civil vem aumentar o cumprimento de normas de convivência, de uma forma pacífica e menos conflituosa, por meio da comunicação dos cidadãos (expressão, interpretação), da arte, da cultura, da recreação e do esporte (BRAGA, 2005). Vive-se, assim, em uma época em que os avanços tecnológicos, usos excessivos dos recursos naturais e tantas outras transformações sociais têm exigido das empresas que atuem, enquanto agentes socialmente responsáveis. Tal responsabilidade deveria fazer parte da realidade empresarial desde sua concepção, mas só agora tem sido foco de discussões, sendo cada vez mais exigida pela sociedade.

Para Jamur (2003), a atuação em programas voltados para a responsabilidade social empresarial é considerada, por muitos, como prática das “empresas-cidadãs”, demonstrando que é necessário ir além das aparências e da propaganda e buscar o significado dessa atuação, em muitos casos, este é um excelente negócio, uma vez que as empresas retiram recursos do setor público por meio da isenção ou da renúncia fiscal. Entretanto, essa não é a realidade vigente.

Diante dessa realidade contextual, o presente estudo surge na necessidade de se conhecer as iniciativas da empresa Tim Maxitel, enquanto promotora de programas e projetos sociais inseridos na esfera do terceiro setor, bem como a relevância dos mesmos, de acordo com as expectativas do público atingido. A transparência na atuação e execução desses programas sociais é de extrema importância para a sociedade, uma vez que o público alvo mais comum é composto

por famílias de baixa renda. Sendo assim, o problema desta proposta de estudo pauta-se na necessidade de analisar as ações e investigar a relevância do Programa Tim ArtEducação para seu público-alvo e suas famílias, tendo em vista o crescimento do Terceiro Setor, sua presença nas políticas sociais dos municípios e a ausência de pesquisas acadêmicas que venham averiguar as ações desse programa social.

A presente pesquisa teve como motivação a experiência adquirida durante a coordenação do Programa UFV Cidadã, projeto desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, da Universidade Federal de Viçosa (MG), em 2004. Na oportunidade, o pesquisador trabalhou no Programa Tim ArtEducação junto às famílias das crianças e dos adolescentes beneficiados pelo mesmo. Hoje, esse Programa é desenvolvido em cidades mineiras, baianas e sergipanas, com o objetivo de incluir socialmente crianças e adolescentes de escolas públicas, a partir da participação deles em oficinas artístico-culturais. No entanto, pouco se sabe a respeito de como os atores sociais envolvidos (crianças/adolescentes,icineiros, professores, entre outros) contribuem para o alcance dos objetivos do mesmo e como o público participante corresponde às ações do Programa Tim. Apesar da proposta da empresa Tim Maxitel, de incluir socialmente crianças e adolescentes carentes, não existem pesquisas que comprovem seu impacto para o público-alvo, ressaltando-se, ainda mais, a importância deste estudo.

Considerando o Programa Tim ArtEducação no município de Viçosa (MG), este trabalho se deterá, especificamente, no Projeto Oficina de Dança de Rua, por ser a oficina de maior procura pelas crianças e adolescentes envolvidos.

Nesse contexto, para desenvolver a presente pesquisa, apontam-se os seguintes questionamentos: em relação ao Programa Tim ArtEducação, como as crianças e adolescentes e seus responsáveis representam socialmente este Programa em suas vidas? Qual a participação e envolvimento desses sujeitos no Programa Tim? Em relação ao Projeto Oficina de Dança de Rua, esse Projeto contribui para o processo de inclusão social das crianças e adolescentes envolvidos? Quais são as expectativas desses sujeitos com relação ao Projeto?

2. OBJETIVOS

Analisar as ações de inclusão social do Projeto Oficina de Dança de Rua, do Programa Tim ArtEducação, no município de Viçosa (MG), de acordo com a perspectiva do público atendido (adolescentes) e de seus responsáveis.

Pretende-se, especificamente:

- Caracterizar o Programa Tim ArtEducação, procurando identificar seus objetivos, metas, ações e abrangência, enfatizando o Projeto Oficina Dança de Rua;
- Identificar e analisar as expectativas, significados, nível de participação, de envolvimento e satisfação dos sujeitos (adolescentes e responsáveis) com relação ao Programa Tim ArtEducação e Projeto Oficina de Dança de Rua.

3. REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Pensando no contexto sócio-histórico-cultural em que se vive, pretende-se, nesta seção, discorrer sobre os principais aspectos que fornecem embasamento ao tema da presente pesquisa, confirmando ainda mais sua relevância. Os pontos abordados são: a trissetorialidade e o despontar do terceiro setor, a educação através da arte, e a família e os programas sociais.

3.1. Trissetorialidade e o Despontar do Terceiro Setor

A trissetorialidade caracteriza-se pela união dos setores público (Governos), privado (empresas) e social (famílias); constituindo esta aliança estratégica intersetorial um dos mecanismos eficazes de asseguramento da sustentabilidade do desenvolvimento social e do exercício da cidadania plena. Dessa forma, o setor privado pode contribuir na organização e implementação de projetos sociais, assumindo, assim, sua parcela de responsabilidade em manter suas atividades,

respeitando os interesses de todo o público, incluindo as comunidades onde estão inseridas (FISCHER, 2002).

Fernandes (1994) afirma que os três setores interpenetram-se e condicionam-se de tal maneira que a definição exata dos limites sugere controvérsias e variações no tempo e no espaço. Quaisquer que sejam as variantes, no entanto, há um elemento comum que deve ser fixado: o conceito implica uma expansão da idéia corrente sobre a esfera “pública”. Partindo de um pressuposto democrático, presume que ela não se limita ao âmbito do Estado, mas inclui a cidadania.

Peliano (2000), *apud* Rodrigues (2005), ressalta que as atividades de assistência social (54%) e de ajuda alimentar (41%) ainda representam, de longe, as mais desenvolvidas pelas empresas brasileiras, sendo que menos de 20% das empresas informaram apoiar atividades mais estruturantes, como educação e saúde. Além disso, 25% das empresas afirmaram realizar ações sociais para melhorar sua imagem junto à sociedade e para aumentar a satisfação de seus empregados.

É neste contexto que surge no mundo o terceiro personagem. Além do Estado e do mercado, há o “terceiro setor”, reconhecido como “não governamental” e “não lucrativo” que, além de organizado e independente, mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas. Sua emergência é de tal relevância que se pode falar de uma “virtual revolução”, que implica mudanças gerais nos modelos de agir e pensar. As relações entre o Estado e o mercado, que vêm dominando a cena pública, hão de ser transformadas pela presença desta terceira figura: as associações voluntárias (FERNANDES, 1994).

Montaño (2003) deixa claro, em sua obra, a importância do papel ideológico que o “terceiro setor” cumpre na implementação das políticas neoliberais e sua sintonia pós 70, com o processo de reestruturação do capital. Ou seja, flexibilização das relações de trabalho, afastamento do Estado das responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho. No entanto, o Estado permanece como instrumento de consolidação “hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva e comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro” (MONTAÑO, 2003, p. 17).

Por outro lado, Benevides (2006) analisa o papel do Estado por outro ângulo, quando coloca como importante deixar claro que a participação cidadã em entidades da sociedade civil não significa aceitar a diminuição do papel do Estado – este continua sendo o grande responsável pelo desenvolvimento nacional com a garantia efetiva dos direitos dos cidadãos. O êxito eventual de algumas parcerias, de obras do chamado “terceiro setor”, não pode obscurecer essa realidade. É dos poderes públicos que devem ser cobradas, por exemplo, as novas propostas de cidadania social, como os programas de renda mínima, de bolsa-escola, de banco do povo, de polícia comunitária, de saúde pública, de política agrária, entre outras.

A partir do século XXI, o Terceiro Setor se apresenta como um parceiro importantíssimo para o Governo, pois através dele e de todo o conhecimento sistematizado e coletado, ao longo dos anos, que o Governo pode estabelecer planos de ação e metas de controle, otimizando o resultado final. Marton (2006) comenta, a esse respeito, afirmando que:

Do outro lado, o TS começa a exercer uma atuação mais significativa na esfera das políticas públicas, agregando a elas conhecimentos práticos, ricos em sua base e já implementados de alguma forma na sociedade, com indicadores de resultados e perspectivas de aprimoramento. O setor de responsabilidade social está caminhando para ficar ainda mais responsável. Hoje as teorias e práticas de governança corporativa permitem tornar as ações das empresas do terceiro setor mais democráticas e transparentes (MARTON, 2006. p. 1).

Diante deste contexto, emerge então a chamada responsabilidade social empresarial (RSE) ou boa cidadania corporativa, que pode ser definida como:

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela (CARDOSO; ASHLEY, 2002. p. 7).

Sendo assim, a prática da RSE cresce cada vez mais, pois as empresas têm consciência de que o governo não consegue, sozinho, atender à demanda das necessidades da sociedade. Essa consciência se fortalece com base num novo código de ética, que tem exigido uma postura empresarial. Segundo Manhães (1999), a ética empresarial vem a ser o comportamento das entidades lucrativas quando estas agem segundo princípios morais aceitos coletivamente. No entanto, Gomes (2004) esclarece que uma empresa responsável socialmente deve exercer e

praticar uma conduta ética. Mas uma empresa que se diz ética não é necessariamente uma empresa responsável, não necessariamente extrapola suas obrigações éticas.

Enfim, o Terceiro Setor, as ações voluntárias ou, se preferir, o setor social, constitui uma das principais prioridades para uma sociedade que apresenta tantas carências quanto as dos países em desenvolvimento. Diante do crescimento da importância deste setor no Brasil, considera-se justificável compreender e identificar as conseqüências dessas ações, como é o caso do Programa Tim ArtEducação, que tem, como ferramenta de ação educacional, a arte.

3.2. A Educação Através da Arte

As transformações do conhecimento na virada do século induzem a uma série de questionamentos, entre os quais, as relações entre educação e sociedade. Foi o tempo em que a arte constituía mero passatempo para professores e alunos nas escolas. A sociedade contemporânea compõe-se de grupos multiculturais e pluridimensionais, que intercambiam inquietações, são pares e ímpares, pois mantêm suas diversidades. É uma sociedade alicerçada nas memórias, nos desejos, nos investimentos desafiadores; no trabalho-tempo útil, tempo inútil, tempo de ócio, nas buscas e encontros, nos olhares culturais que se adentram. A arte é atuar através de estruturas de sons e de corpos, em uma temporalização e espacialização holística, de três formas: ontológica, se refere àquilo que o indivíduo é; epistemológica, que está em função e como um ser humano sabe e imagina socialmente; e gnoseológica, associada àquilo em que se acredita (TALENTOS BRASIL, 2006).

Para Rouanet (1987), *apud* Palma Filho (1995), o papel da arte (a pintura, a escultura, a arquitetura, a dança e a música) está em “reconciliar consigo mesmo a modernidade dilacerada em fragmentos estanques – o Estado, a sociedade, a família” (Id., 1995 *apud* Rouanet, 1992, p 321) e, desse modo, dar unidade ao homem dividido em papéis sociais tão diferentes: o cidadão, o burguês, o particular.

Estes são aspectos de que a escola costuma se esquecer, porque sua tendência é ignorar a complexidade da natureza humana, do homem genérico,

variado e múltiplo, para valorizar o predomínio quase absoluto da razão sobre outras faculdades humanas. Basta observar o que ocorre especialmente nas quintas séries do primeiro grau, quando o caráter lúdico da criança é mutilado, em favor da cobrança de um comportamento o mais racional possível. Somente na pré-escola observa-se uma tolerância maior com o lúdico; nas demais séries a escola tem sido árida, estéril, desprovida de música, poesia, dança, cores, liberdade, alegria (SOARES, 1995).

Neste contexto, fica clara a importância da arte como instrumento incentivador e facilitador da educação, visto que a educação é hoje um requisito tanto para o pleno exercício da cidadania como para o desempenho de atividades cotidianas, para a inserção qualificada no mercado de trabalho, para o desenvolvimento econômico e, também, como elemento essencial para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada (PESTANA, 2001).

Dentro desse mesmo contexto é que a dança, como todas as artes, é fruto da necessidade de expressão do homem. Essa necessidade liga-se ao que há de básico na natureza humana. Assim, se a arquitetura veio da necessidade de morar, a dança, provavelmente, veio da necessidade de aplacar os deuses ou de exprimir a alegria por algo de bom, concedido pelo destino (FARO, 1994).

A dança tem como finalidade a expressão dos sentimentos mais nobres e mais profundos da alma humana: aqueles que nascem dos deuses em nós, Apolo, Pan, Baco, Afrodite. A dança deve implantar em nossas vidas uma harmonia que cintila e pulsa. Ver a dança como uma diversão agradável e frívola é degradá-la (CHENEY, 1977, *apud* OSSONA, 1988). Faro (1994) complementa que a dança é uma arte bastante ligada à juventude, e com esta se move no tempo e no espaço. Seu progresso tem sido contínuo – atualmente, chega a ser vertiginoso, com uma incrível variedade de propostas que nos dão a medida exata, não apenas das pesquisas que sobre ela se realizam, mas, principalmente, de sua constante e permanente atualização. Permite-se assim dizer que a dança, em suas diversas manifestações, acha-se de tal modo ligada à raça humana que só se extinguirá quando esta deixar de existir.

A integração entre a educação e a família amplia as possibilidades em diferentes conhecimentos e habilidades, propiciando os aportes afetivos, sobretudo materiais, necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. É o

que afirma Gadotti (1993), quando diz que não se muda a história sem o conhecimento, mas tem-se que educar as pessoas, para tornarem-se sujeitos de sua história e intervir no mercado de trabalho como sujeitos, e não como povo sujeitado, massa de manobra da lógica interna da razão econômica.

Quem sabe assim a arte sai de horários específicos, de dogmas preestabelecidos e possa ser valorizada na educação, como uma das principais produções humanas, necessárias à formação integral do indivíduo e crescimento da sociedade civil, humana e consciente dos seus direitos e deveres.

Não se pode desconsiderar que o principal ator social de todo esse processo é a família, base do tecido social e elemento influenciador de programas sociais e de políticas públicas e sociais. A família é considerada aqui como recurso fundamental para a construção da sociabilidade e da preservação do tecido social.

3.3. A Família e os Programas Sociais

A família vem se mostrando em evidência por vários motivos. Por um lado, ela tem sido o centro da atenção por constituir um espaço privilegiado para arregimentação e fruição da vida emocional de seus componentes. Por outro, tem chamado a atenção dos cientistas, pois, ao mesmo tempo em que, sob alguns aspectos, mantém-se inalterada, apresenta uma grande gama de mudanças. É comum ouvirem-se referências à “crise familiar”, “conflito de gerações”, “morte da família”. Ela também suscita polêmicas: para alguns, família é a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, célula sagrada que deve ser mantida intocável a qualquer custo. Para outros, a instituição familiar deve ser combatida, pois representa um entrave ao desenvolvimento social; é algo exclusivamente nocivo, é o local onde as neuroses são fabricadas e onde se exerce a mais implacável dominação sobre as crianças e as mulheres.

De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasil (2006), as diretrizes para as políticas públicas estão voltadas para a garantia dos direitos à vida, que é o direito de nascer com saúde e de ter o grupo familiar e a comunidade como referências do aprendizado de relações, da afetividade, da socialização e da proteção natural. O direito à saúde, à alimentação e

à moradia é considerado prioritário para o desenvolvimento das crianças. Também toda a criança tem direito a seu desenvolvimento integral: o direito de crescimento e desenvolvimento de potenciais, aquisição de habilidades e conhecimentos. Para garantia de tais direitos faz-se necessária a implantação de políticas de proteção familiar, com serviços de saúde, alimentação, educação, lazer, esporte e cultura de boa qualidade.

Programas de atendimento à criança devem favorecer não somente a criança no processo de seu desenvolvimento, como também à sua família, por representar a primeira instituição social de que a criança participa, e que exerce grande influência em seu desenvolvimento. Os pais têm papel fundamental nesse processo, não só pelo tempo de convivência com a criança, como também pela ligação afetiva que existe entre eles. Assim, o envolvimento da família nos programas sociais faz-se necessário (RODRIGUES *et al.*, 1996).

Desde 1967, Marshal (1967), *apud* Campos e Mito (1998), afirmava que o trabalho de assistência social é mais eficaz se baseado na unidade familiar. Esta avaliação positiva da participação da família em programas assistenciais parece fazer parte de uma tendência mais geral, em termos da organização atual do conjunto do sistema de proteção social do País, e é indício de que vem sendo reconhecida cada vez mais a importância da mulher na estrutura interna do grupo familiar doméstico e na administração da própria sobrevivência grupal.

Essa realidade reforça a importância da família junto aos projetos sociais como elemento fundamental para seu sucesso e alcance dos objetivos. No caso da proposta em questão, pressupõe-se que a família serve de sustentação entre as crianças/adolescentes e o Programa Tim ArtEducação, sendo, portanto, importante seu papel junto aos filhos. Segundo Queiroz *et al.* (2004), durante o Projeto UFV Cidadã¹, constatou-se que a proposta de um trabalho em conjunto, unindo família e população atendida, vem complementar e facilitar o desenvolvimento educacional e social da criança. Também a necessidade de uma aproximação cada vez maior do Programa com a família, com a escola e com o poder público, foi evidenciada nos resultados desta pesquisa.

¹ Projeto desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFV, desde outubro de 2003. Um de seus objetivos é identificar o Índice de Desenvolvimento Familiar.

É neste quadro que a luta contra a exclusão social no Brasil requer uma redefinição das relações entre Estado e Sociedade Civil, por meio da revalorização dos espaços públicos, da construção de direitos e do fortalecimento, tanto do Estado como da Sociedade Civil, para que, numa relação de complementaridade, seja respeitada a autonomia de cada um, tornando-se, assim, uma alternativa de desenvolvimento integral com a transformação das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, que compõem o multifacetado processo de exclusão (SANTOS, 2000).

Contextualizar o Programa Tim ArtEducação e investigar sua linha de atuação, no que se refere à inclusão social, é importante, uma vez que a partir destes dados pode-se avaliar este e outros programas, propondo alterações e/ou sugestões de novas ações que assegurem o direito de a criança e o adolescente se tornarem cidadãos socialmente incluídos. Além disso, instituir a família como eixo fundamental para a construção e preservação do tecido social, considerando sua importância, influência e contribuição para os resultados de programas e projetos sociais, não pode ser esquecido. Dessa forma, programas não extensivos à família podem prejudicar toda a sua execução e funcionamento.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento do estudo, o local de estudo e sua unidade empírica de análise, a população e amostra, os procedimentos para coleta e análise dos dados, são apresentados a seguir.

4.1. Local de Estudo

Propõe-se desenvolver a presente pesquisa na cidade de Viçosa (MG), por ter sido esta a primeira cidade onde o Programa Tim ArtEducação foi implantado, atendendo 495 crianças e 357 adolescentes, oferecendo 21 oficinas e envolvendo 130 professoras de escolas públicas e municipais do Ensino Médio e do Fundamental, em 2005.

4.2. População e Amostra

A população deste estudo será composta pelo número total de adolescentes inscritos na oficina de Dança de Rua, das zonas urbana e rural, de Viçosa (MG), em 2006. O número total de participantes será definido no início das atividades de 2006, em maio.

Da população envolvida, será retirada uma amostra composta pelos participantes de duas oficinas de Dança de Rua, uma da zona urbana e outra da zona rural de Viçosa (MG). Esses adolescentes fazem parte da 5ª edição do Programa Tim ArtEducação, referente a 2006, mas encontram-se vinculados ao Programa desde a edição anterior, de 2005. A 5ª edição foi escolhida por ser a mais recente, facilitando o contato com o público envolvido e com suas famílias, uma vez que o Programa não possui um cadastramento sistemático dos participantes das edições anteriores.

A oficina de Dança de Rua foi selecionada por apresentar maior representatividade da população envolvida, além de ser a mais procurada pelas crianças e adolescentes. Esses sujeitos serão selecionados de acordo com o cadastro realizado pelo programa, entre aqueles que participam, pelo segundo ano consecutivo, do Programa Tim ArtEducação. O tamanho da amostra será determinado pelo ponto de saturação.

4.3. Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados

Esta pesquisa, exploratório-descritiva, adotará a metodologia qualitativa. Duas etapas serão seguidas para a coleta de dados.

Na primeira etapa, numa fase de caráter exploratório, serão levantados dados, documentos, registros fotográficos e em vídeo, além de relatos, a fim de construir a história do Programa Tim ArtEducação, enfatizando-se a oficina de Dança de Rua. Esta etapa consistirá na organização, descrição e análise de todas as informações obtidas, visando a caracterizar a trajetória de experiências do Programa Tim ArtEducação.

A seguir – após terem sido levantados os nomes e endereços dos adolescentes participantes do Projeto Oficina de Dança de Rua da zona rural e da zona urbana, ingressos no ano de 2005 e que se encontram, também, na edição de 2006, bem como nome do responsável dos mesmos – será realizada uma entrevista utilizando-se questionário, para constatar as expectativas dos adolescentes e de seus responsáveis com relação ao Projeto Oficina de Dança de Rua. Serão abordadas questões direcionadas aos responsáveis, referentes: às mudanças do comportamento do adolescente em casa e nos estudos, a partir da participação no Programa Tim ArtEducação; ao envolvimento e à participação da família no Programa; à concepção formada do Programa; ao grau de satisfação das famílias (seguindo a escala muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito, insatisfeito e neutro); aos pontos positivos e negativos da oficina; às opiniões, sugestões e aos comentários quanto ao Programa Tim; e às perspectivas de inserção social. Questões relacionadas ao nível de participação, envolvimento e satisfação dos adolescentes, bem como sua relação ao Projeto Oficina de Dança de Rua, também serão formuladas.

4.4. Análise dos Dados Obtidos

A análise dos dados será realizada ao final de cada etapa, fornecendo informações para o planejamento das etapas posteriores.

Os dados obtidos durante a 1ª etapa, ou seja, os documentos, fotos, relatórios e gravações de vídeo transcritos, serão utilizados para contextualizar a história do Programa Tim ArtEducação, visando a descrever a trajetória do Programa Tim em Viçosa (MG). Esses dados serão analisados utilizando-se a análise documental.

Os dados obtidos durante a 2ª etapa, pela entrevista, com base no questionário, serão transcritos, categorizados e analisados por temática. O *software* maxQDA (*Qualitative Data Analysis*) será utilizado, sendo este um poderoso instrumento para a análise qualitativa.

Os resultados de cada etapa serão interpretados e analisados tematicamente e, no segundo momento, paralelamente, de forma a responder à questão do estudo e atender aos objetivos propostos.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os resultados deste estudo contribuam efetivamente na elaboração de concepções estratégicas que auxiliem na sistematização e otimização das ações do Programa Tim ArtEducação, favorecendo a inclusão social “de fato” do público-alvo atendido.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. **A questão social no Brasil: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais.** Disponível em: <www.hottopos.com/vdletras3/vitoria.htm>. Acessado em: 13/03/2006.

BRAGA, W. L. D. **Projeto Pedagógico Pitágoras.** Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Belo Horizonte: Editora Universidade, vol. 1, 2005. 295 p.

BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Diretrizes nacionais para a política de atenção integral a infância e adolescência nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho e para a garantia de direitos.** Disponível em: <www.rebidia.org.br>. Acessado em: 11/04/2006.

CAMPOS, M. S; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Revista Ser Social.** v. 1, n. 1, 1998. p. 165-190.

CARDOSO, A. J. G.; ASHLEY, P. A. A responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios.** São Paulo: Saraiva, 2002. 368 p.

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: **3º Setor. Desenvolvimento social sustentado.** 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 7-12, 1997.

CHENEY, S. **The Art of the Dance, Isadora Duncan.** Nova York: Theater Arts Books, 1997, p. 103.

FARO, A. J. **Pequena História da Dança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 149 p.

FERNANDES, R. C. **Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1994. p. 20-90.

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor.** São Paulo: Gente, 2002. p. 172-180.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa Época, v. 24, 1993. 78 p.

GIROLAMO, N. P. di. **O Terceiro Setor** Disponível em: <<http://www.espirito.org.br/portal/artigos/diversos/assistencia/o-terceiro-setor.html>>. Acessado em 15/02/2006.

GOMES, K. N. M. Responsabilidade Social nas empresas: Uma Nova Postura Empresarial – o caso CST. In: **Responsabilidade Social das Empresas: A Contribuição das Universidades,** v.3, 3ed, Peirópolis, São Paulo, 2004, p 33-73.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. 324 p.

HIMMELSTEIN, J. L. **Looking good and doing good** – corporate philanthropy and corporate power. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1997.

JAMUR, M. As configurações da questão social no Brasil e dos desafios dos serviços social. **Serviços Social & Realidade**, v. 12, p. 209, 2003.

MANHÃES, J. M. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1999.

MARTON, R. A. **Histórico do Terceiro Setor no Brasil**. Disponível em <http://www.terceirosetor.pro.br/artigo_historico.asp>. Acessado em 15/04/2006.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 11-48.

PALMA FILHO, J. C. A criança, o jovem e a educação no Brasil: o mito do ensino modernizante e a questão da arte. In: SEMINÁRIO Nacional Sobre o Papel da Arte no Processo de Socialização e Educação da Criança e do Jovem, 1, 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 1995. p. 227-234.

PELIANO, A. M. T. M. (coord.). **A iniciativa privada e o espírito público: um retrato de ação social das empresas do Sudeste brasileiro**. Brasília: Ipea, 2000.

PESTANA, M. I. G. de S. Avaliação educacional: o sistema nacional de avaliação da educação básica. In: RICO, E. M. **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 53-63.

QUEIROZ, V. M. V.; COSTA, L. C.; FRANÇA, W. F. A.; LELIS, M. G.; COSTA, L. L. da. Projeto UFV Cidadã: Universidade como Instrumento de Avaliação e a Construção de Políticas Públicas para a Inclusão Social. In: CONGRESSO Brasileiro de Extensão Universitária, 2, Belo Horizonte, 2004. **Anais...** Belo Horizonte: 2004.

RODRIGUES, M. L et alli. **Família e Desenvolvimento Humano na Economia Familiar: o programa de educação infantil no laboratório de desenvolvimento humano**. Viçosa: UFV, 1996.

RODRIGUES, M. C. P. **Ação social das empresas privadas: como avaliar resultados? A metodologia EP2ASE**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 16-55.

ROUANET, P. S. **As razões do iluminismo**. São Paulo, Cia. das Letras, 1992. 349p.

SÁ, C. P. de. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Cap. 1 e 2. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, A. C. de A. Políticas Públicas: em busca de mais eficácia e efetividade. In: SEMINÁRIO Político Social do Município para Criança Pequena, 2000, Belo

Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PBH/SMDS/DPCA/Programa de Creches/Novas Ações, 2000. p. 164.

SOARES, Z. B. R.; SANTOS, J. R. dos; SANCHEZ, C.; ÂNGELO, A.; SOARES, A. R. **Arte na Escola**. Anais do Primeiro Seminário Nacional sobre o Papel da Arte no Processo de Socialização e Educação da Criança e do Jovem. São Paulo: UNICSUL, 1995. 440 p.

TALENTOS BRASIL – Portal de Cultura e Turismo de Rondônia. **Educação – Educar através da arte**. Disponível em <www.talentosbrasil.com.br/show.jsp?CdMateria=16870>. Acessado em 20/03/2006.

TIM MAXITEL. **Programa Tim ArtEducação**. Disponível em <http://www.timmaxitel.com.br/comum/empresa/interna_programa_tim_arteducacao.asp>. Acessado em 02/03/2006.